



## PERFIL DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DE MIRACEMA – TOCANTINS

Célia Maria Grandini Albiero<sup>1</sup>  
Maria Helena Cariaga Silva<sup>2</sup>  
Janaíze de Jesus Silva Figueiredo<sup>3</sup>

**Resumo:** O projeto faz parte do Curso de Serviço Social no Município de Miracema do Tocantins da Universidade Federal, tem como objeto a situação de vulnerabilidade social das famílias, objetivando levantar o perfil das famílias para propor ações interventivas que atendam às reais necessidades da população alvo. A pesquisa conta com estudo bibliográfico e empírico, envolvendo as políticas públicas frente à vulnerabilidade social; a assistência social e os seus aportes legais e o a vulnerabilidade social das famílias brasileiras. Serão pesquisadas em média 2462 famílias. Os resultados do pré- teste trazem uma reflexão sobre questões como pobreza e miséria tão presentes na realidade das famílias do município e como as políticas públicas se distanciam de uma ação efetiva e eficaz na efetivação dos seus direitos.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade social, famílias, políticas públicas.

**Abstract:** The project is part of the Course of Social Work in City of Miracema Federal University of Tocantins, has as object the situation of social vulnerability of families, to raise the profile of families to provide intervention activities that meet the needs of the target population. The research has bibliography and empirical study, involving public policy against social vulnerability, social assistance and their contributions legal social vulnerability of the Brazilian families. Will be surveyed on average 2,462 households. The results through the pre-test provide a reflection on issues such as poverty and misery in the reality of families in the municipality and public policy move away from an effective action and effective realization of their rights.

**Key words:** Social vulnerability, families, public policy.

<sup>1</sup> Professora. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br

<sup>2</sup> Professora. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: mhcarriaga@uft.edu.br

<sup>3</sup> Discente. Universidade Federal do Tocantins.



## 1. INTRODUÇÃO:

A UFT – Universidade Federal do Tocantins, através de sua missão de “*produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia*”, busca até 2010 ser uma Universidade consolidada, multicampi, um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (Planejamento estratégico, 2006-2010, p. 20).

Busca também uma articulação com a sociedade através de relações com os principais órgãos públicos, com a sociedade civil e com as instituições privadas; tem uma preocupação com a equidade social (inclusão social, étnica e de gênero) e com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e ainda o respeito com a pluralidade e à diversidade cultural.

Objetivando articular a pesquisa com o ensino e sua devida interação com as ações de extensão, procura ainda incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber do ensino através de publicações ou de outras formas de comunicação, suscitando assim o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional.

O curso de Serviço Social da UFT, situado na cidade de Miracema do Tocantins preocupado com as transformações contemporâneas, vem buscando mediar o seu compromisso com a formação de profissionais competentes e afinados com o projeto ético político da profissão e do mercado de trabalho através da articulação do ensino, pesquisa e extensão e ainda das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A população da cidade de Miracema -TO na última contagem de abril de 2007, atingiu o nº de 19683 mil habitantes, sendo que a população em situação de vulnerabilidade<sup>4</sup> social já somam aproximadamente 9842 pessoas, atingindo 50% da

---

<sup>4</sup> Segundo o IDF – Índice de Desenvolvimento Social da Família, a “vulnerabilidade de uma família representa o volume adicional de recursos que ela requer para satisfazer suas necessidades básicas, em relação ao que seria requerido por uma família-padrão, isto é o direito ao acesso à saúde, nutrição, educação e assistência para gestantes, crianças, adolescentes, jovens e idoso (2006).



população miracemense. (IBGE- Miracema –TO, 2007)

A população ora citada está situada na região norte da cidade, envolvendo os bairros Vila Filomena, Vila Maria, Setor Aeroporto, Novo Horizonte 1 e 2 e na região sul os bairros Sussuapara e parte do Flamboyant. Vale ressaltar que dessas 9842 pessoas, envolvem em média

2462 famílias, tomando por base uma família composta por 4 membros.

Diante do exposto, a pesquisa científica *“Perfil das famílias em situação de vulnerabilidade social de Miracema – TO”*, visa levantar o perfil das famílias para propor ações interventivas que atendam às reais necessidades da população alvo. Esta pesquisa objetiva também conhecer a realidade social das famílias em situação de vulnerabilidade; subsidiar o município de Miracema através dos dados coletados para a implantação do SUAS – CRAS e CREAS no município; contribuir para a formação profissional de qualidade, envolvendo ensino, pesquisa e extensão e articulada às dimensões teórica-metodológica; ético-político e técnico-operativo.

O objeto de estudo está voltado à situação de vulnerabilidade social das famílias, tendo como problema a seguinte indagação: “As famílias em situação de vulnerabilidade social do município são atendidas nas suas necessidades básicas (saúde, alimentação, educação e habitação) em condições dignas de sobrevivência?”.

Como hipótese principal deste estudo acredita-se que as famílias em situação de vulnerabilidade social não são atendidas de forma global nas suas necessidades básicas, o que representa falta de qualidade e falta de condições dignas de sobrevivência.

Esta pesquisa científica conta com um estudo bibliográfico e um estudo empírico.

## **2. APORTES TEÓRICOS**

O presente estudo bibliográfico envolve os três eixos, sendo o primeiro as políticas públicas frente à vulnerabilidade social; o segundo a assistência social e os seus aportes legais e o terceiro a vulnerabilidade social das famílias brasileiras no quadro societário atual.

Sabe-se que a crise da acumulação do capital arrastada por décadas deixa seqüelas desastrosas, as quais foram incrementadas e potencializadas pelos processos de globalização, provocando flexibilização nos processos de trabalho, bem como



alterações nas relações trabalhistas, mas é possível resistir e lutar, e através de estudos científicos buscar melhorias nas condições de vida dos cidadãos.

Portanto, as pesquisas científicas apresentadas a esta sociedade devem estar preocupadas com o compromisso ético-político dos interesses e necessidades dos cidadãos e cidadãs brasileiros.

Sabemos do grande contingente de cidadãos e cidadãs excluídos em nossa sociedade e da importância de propostas de ações interventivas para combater este cenário.

Segundo Lima (2001), o excluído:

é aquele que está à margem do usufruto dos seus direitos, sem acesso a bens e serviços essenciais, sendo possuidor de uma cidadania que não se efetiva. A ausência de poder e a impossibilidade de efetivar direitos que também provocam a exclusão social, se justapõem à pobreza e à miséria, sendo naturalizadas no cotidiano da existência humana. Acabamos nos acostumando a ver grandes contingentes de pobres espalhados pelas favelas, ruas, pontes, sem que tal quadro possa efetivamente ser considerado como desumano e impróprio da natureza humana.

Ainda a mesma autora nos traz uma reflexão sobre o desemprego massivo, gerado este pelas transformações do mundo do trabalho, se tornando o motor propulsor da pobreza e da miséria.

A pobreza e o preconceito se intensificam diariamente em suas vidas e, conseqüentemente, a dificuldade/inviabilidade de sua subsistência, seja porque lhe falta o emprego, seja por ser lançado à incerteza do mercado informal, seja porque está na condição de ser "suspeito" no que faz e onde mora, seja porque lhe falta a moradia, porque lhe faltam equipamentos que supram suas necessidades no cuidado com os filhos pequenos, a escola, o atendimento médico, o acesso ao transporte, os atendimentos na área social que lhes garantam o respeito, a dignidade, os direitos sociais. E por outro lado estão diante de um Estado fragilizado pelas intensas pressões internacionais, que não lhes garante mecanismos institucionais que atendam às suas necessidades, possibilitando a construção de uma vida mais digna e a efetivação de sua cidadania.

Diante do contexto atual, verifica-se que é reduzida a responsabilidade do Estado pelas políticas sociais, repassando-as para a sociedade civil, assumindo características assistencialista e tutelar, refletindo a cultura que legitima o autoritarismo dos dominantes e a subalternidade dos dominados, resultando na incapacidade de produzir políticas sociais que atendam a população pobre. Os pobres perdem a visibilidade enquanto coletividade, uma vez que o foco é o indivíduo, daí os serviços pontuais e fragmentados à mulher, à criança, ao adolescente, ao idoso, ao migrante, à população de rua, etc., como se estes não fizessem parte das conseqüências do modelo político-econômico que atinge a coletividade, aprisionando gradativamente esta



população a uma subvida.

Para pensar num trabalho voltado à população pobre e excluída, é importante refletir sobre a família<sup>5</sup>, sua concepção e seus arranjos contemporâneos.

Lima (2001) afirma que:

Não é possível deter-se apenas na idéia da família moderna burguesa, pautada num modelo ideológico (nuclear, heterossexual, monogâmica e patriarcal), pois com a evolução histórica e a dinâmica da sociedade, a predominância deste modelo vai cedendo lugar para novos arranjos como as famílias monoparentais, chefiadas por homens ou mulheres, as homossexuais, as famílias recompostas, os casais sem filhos, irmãos sem pais, um grupo de pessoas sem vínculos consangüíneos, uma vez que todos constituem um tipo de família. Assim, na virada do século XX, a família não mais se pauta num modelo único, pois as mudanças culturais e sociais que se processaram nas últimas décadas fazem emergir múltiplas maneiras de agrupamento.

Portanto, segundo a mesma autora, estas mudanças estão centradas na liberação sexual, na emancipação feminina e sua inclusão no mercado de trabalho, maior índice de uniões duráveis sem a formalização do casamento, significativa redução do número de filhos, elevação do número de pessoas vivendo sós, maior número de mulheres solteiras que se tornaram mães e o aumento significativo de separações.

Assim, o Serviço Social enquanto profissão interventiva ao longo de sua história têm um estreitamento com as Políticas Públicas e um afinado trabalho com famílias, o que lhe confere um compromisso marcante com a preservação, efetivação e ampliação dos direitos sociais.

As políticas sociais são entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc.

As políticas sociais entendidas como medidas e/ou programas elaborados pelo Estado e por outras instituições como propostas de enfrentamento da desigualdade social, estão destinadas à população que não reúne condições e recursos para satisfazer suas privações. A política social é uma forma de mediação que depende do movimento político, econômico e social. Em cada época, o governo formula diferentes políticas sociais que buscam amenizar a situação daqueles excluídos de bens, serviços e riquezas do chamado sistema capitalista. ( Lima, 2005 ).

Segundo Vieira (1996) a “política social acha-se no terceiro período de

---

<sup>5</sup> Lima (2001), nos coloca que “ falar de família traz sentimentos ambíguos, pois ao mesmo tempo que parece tão simples e tão próximo, se torna algo tão complexo, pois implica e envolve sentimentos, conhecimentos, vivências, experiências, valores e significados que se entrecruzam e fazem parte de cada ser e da sua existência”.



existência no Brasil, depois de 1988, que este chama de *política social sem direitos sociais*”.

Ainda o autor acrescenta que:

Em nenhum momento a política social encontra tamanho acolhimento em Constituição brasileira, como acontece na de 1988 (artigos 6, 7, 8, 9, 10, 110: nos campos da Educação (pré-escolar, fundamental, nacional, ambiental, etc.), as Saúde, da Assistência, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, definindo especificamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional ou sindical, de greve, da participação de trabalhadores e empregadores em colegiados de órgãos públicos, da atuação de representante dos trabalhadores no entendimento direto com empregadores. O capítulo II, do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), alude aos direitos sociais, pertencentes à Constituição de 1988.

Mas de outra parte, o autor nos coloca que “poucos desses direitos estão sendo praticados ou ao menos regulamentados, quando exigem regulamentação.

Assim, o autor, nos faz refletir que diante do “desemprego em massa e de privações ilimitadas, *a intervenção estatal é imprescindível para concretizar os direitos sociais contidos na Constituição de 1988*”.

Para elucidar a importância dos direitos sociais, realizaremos um passeio pelas legislações de proteção existentes no Brasil, em defesa dos direitos da família.

A Carta Magna de 1988, no seu artigo 6º, apregoa que: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Já segundo a LOAS – lei Orgânica da Assistência Social (1993):

Artigo 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social, não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Artigo 2º - A assistência social têm por objetivos:

- I- A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II- O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III- A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- A garantia de (1) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único: A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

E ainda temos através da Política Nacional de Assistência Social (2004), dá



ênfase a construção do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, que estabelece 2 níveis de proteção social: básica – de caráter preventivo e especial – quando ocorre violação de direitos. Essa sub- divisão é meramente formal, já que há interação permanente entre elas. Enquanto a proteção especial exige atenção em serviços e centros especializados, a proteção básica tem o Centro de Referência da Assistência Social – o CRAS – equipamento social, público e capaz de garantir a atenção integral às famílias em determinado território.

Através destas colocações em torno das políticas públicas, envolvendo explicitamente as políticas sociais e os direitos sociais, bem como a LOAS e o SUAS, enfatizamos um pouco do projeto ético político do Assistente Social, protagonista deste cenário na busca de efetivação de direitos. Segundo Bering e Boschetti (2006, p.194), é importante “qualificar e precisar a concepção de direitos, cidadania e política social” e que para isto, “pressupõe discutir os limites e as possibilidades dos direitos no capitalismo, e a particularidade brasileira”.

Diante das reflexões deste estudo, percebe-se que “um trabalho profissional, articulado aos interesses e necessidades dos segmentos que vivem do trabalho, necessita estar mediado pelos princípios de igualdade, justiça, liberdade e solidariedade”. (VASCONCELOS, 2000, p. 136)

As últimas décadas do século XX foram marcadas por profundas transformações societárias que trouxeram também novos desafios ao Serviço Social brasileiro.

No âmbito do Serviço Social,

essas questões também surgem, apesar da vitalidade do marxismo como paradigma de análise e compreensão da realidade e apesar da manutenção da hegemonia do projeto profissional caracterizado pela ruptura como conservadorismo, que caracterizou a trajetória do Serviço Social. (YASBEK, 2000, p.32)

Ainda na década de 1990, o mundo se deparou com a reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado. Consequentemente, o Serviço Social enfrentou:

o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, particularmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral. Lógicas que reiteram a desigualdade e constroem formas despolitizadas de abordagem da questão social, fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo nas relações Estado/Sociedade. (YASBEK, 2000, p. 29).



Essa década, em nosso país, teve, também, muitos avanços que se tornaram significativos e marcantes para a profissão, dentre eles, destacam-se: a constituição da Assistência Social enquanto política pública, fazendo parte do tripé da Seguridade Social do cidadão brasileiro; a municipalização e a descentralização de políticas sociais públicas; avanços na formação profissional do assistente social, a partir da definição de uma nova revisão curricular, bem como do Código de Ética e da lei que regulamenta a profissão.

Para o Serviço Social brasileiro, foi um período da consolidação de avanços que estão expressos no Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993) e nas Diretrizes Curriculares da Área de Serviço Social (1999), que resultam da hegemonia do atual projeto ético-político do Serviço Social, nos âmbitos da formação universitária e do exercício profissional.

Sabemos que o Serviço Social<sup>6</sup>, enquanto profissão, realiza a mediação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora, na implantação das políticas destinadas a atender as diferentes manifestações da “questão social”<sup>7</sup> que, engendrada pelo sistema capitalista, ganha hoje novos contornos, a partir do complexo quadro formado pelos monopólios e pelo ideário neoliberal.

O assistente social trabalha, pois, cotidianamente, numa arena de disputas, terreno onde a *questão social* se expressa, pois os interesses são distintos e é preciso que haja uma mediação consistente e coerente do profissional.

### **3. APRESENTAÇÃO PRELIMINAR DOS RESULTADOS**

A presente pesquisa tem o seu desenvolvimento previsto para doze meses (agosto de 2008 a julho de 2009).

O Universo da Pesquisa envolve todas as famílias da região norte e parte da sul da cidade de Miracema – TO, que estão em situação de vulnerabilidade social, totalizando aproximadamente 2462 famílias.

---

<sup>6</sup> Para maior detalhamento da profissão, diríamos que: “O Serviço Social é uma atividade que, para se realizar no mercado, depende das instituições empregadoras, nas quais o assistente social dispõe de uma *relativa autonomia* no exercício do seu trabalho. Dela resulta que nem todos os trabalhos desses profissionais são idênticos, o que revela a importância dos componentes ético-políticos no exercício profissional” (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

<sup>7</sup> Quando nos referimos à *‘questão social’*, compartilha-se com as colocações de Iamamoto (1998, p. 27) de que é: “...apreendida como o *conjunto das expressões das desigualdades* da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”



A coleta de dados em andamento envolve formulários com questões abertas e fechadas, utilizando-se também de observação sistemática e assistemática.

Os bairros foram demarcados através de suas ruas, com um mapa da cidade fornecido pelo IBGE Miracema – TO.

A equipe é composta por três docentes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins além de dez alunos co-pesquisadores, e uma aluna bolsista do PIVIC, Programa Voluntário de Iniciação Científica responsáveis pela coleta de dados de aproximadamente 224 famílias cada, sob a coordenação dos professores do curso Serviço Social.

A seleção dos alunos para o pré – teste foi realizado de acordo alguns procedimentos como: interesse e compromisso com o trabalho, disponibilidade, ética e respeito para com os demais alunos e com as famílias a serem entrevistadas; a comunicação também foi requisito fundamental.

O pré-teste foi realizado no bairro (Jardim Filomena) e responderam ao formulário 20 famílias o que corresponde aproximadamente a 1%. As fichas de identificação social para o levantamento dos dados das famílias que envolveram os seguintes itens: identificação, situação familiar, trabalho, relacionamento familiar, educação, saúde, habitação, representatividade, associativismo e participação, religião, lazer.

Assim, de acordo com o mapa foram selecionadas cinco ruas do Setor Universitário, que está entre os maiores em situação de vulnerabilidade social: Rua Pedro de Assunção Santana, Rua Filomena Araguacema, Rua Paraníba, Rua Hozana Gonçalves e Rua Justiniano Borba. Os quatro alunos selecionados ficaram encarregados da aplicação dos formulários, que se dirigiram as ruas, entrevistando uma família a cada quadra.

Os resultados nos impulsionam a refletir sobre questões como pobreza e miséria tão presentes na realidade das famílias do município de Miracema e, como as políticas públicas ainda se distanciam de uma ação efetiva e eficaz na melhoria da qualidade de vida das pessoas na efetivação dos seus direitos.

De acordo com MACIEL (2002), a família:

...é uma instituição social que independe das variantes de desenhos e formatações da atualidade, se constitui num canal de iniciação aprendizados dos afetos e das relações sociais. O autor relata que é na família onde os indivíduos têm as primeiras experiências e vivências como membro da



sociedade. É nessa socialização que ele constrói suas aprendizagens e costumes que levam para toda a vida.

Portanto, a família:

... se torna um desafio de oferecer as condições concretas que propiciem que ela possa se desenvolver como uma instituição social, possibilitando a iniciação do aprendizado dos afetos, das relações sociais, e ainda como unidade de renda, propiciando assim as condições para garantir um pleno desenvolvimento psicossocial para os indivíduos. (MACIEL, 2002, p.132)

De acordo, com o autor a proteção à família é um grande desafio a ser enfrentado, porque mesmo tendo as leis que garantem o conhecimento e efetivação de direitos – Constituição Federal, LOAS-NOB, SUAS, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, na maioria das vezes elas não saem do papel, não se tornando reais, não efetivam saúde, educação, lazer e nem emprego para a obtenção da renda familiar.

Para a autora SZYMANSKI (2002), a classe social, portanto, é um dos elementos definidores dos modos de relacionamento interpessoal, por seus membros carregam culturas próprias, por compartilharem uma história, pelas experiências vividas, pelas oportunidades educacionais que receberam e pelas condições de vida que experimentaram.

Contudo, são apresentados os resultados referentes ao período de setembro a dezembro de 2008, vale lembrar: o lançamento e apresentação do projeto, a oficina de estudo sócio- econômico, palestra sobre “famílias”, com destaque a capacitação para o pré – teste, do qual foi feito um levantamento de dados com 20 famílias, conforme já citado anteriormente, demonstrando que mais de 50% delas estão em condições precárias de sobrevivência.

Pelos dados obtidos, percebe-se a situação em que vivem tais famílias, pois é bem nítida a falta de políticas públicas setoriais e, as que existentes são paliativas e assistencialistas que não proporciona a emancipação cidadã.

Nota-se, que todas as famílias entrevistadas encontravam – se em dificuldades econômica; 80% das famílias tinham um dos cônjuges desempregados e os filhos na maioria das vezes trabalhavam fora para ajudar no sustento da casa, quando não faziam do trabalho doméstico o seu cotidiano.

Já o nível de escolaridade dos pais apresentou índices considerados baixos: 50% chegaram ao ensino fundamental (destes 25% era incompleto e 25% completo), 30% deles possuem o ensino médio ( destes 5% era incompleto), 15% considerados analfabetos e apenas cinco 5% dos entrevistados possuem nível superior.



Ainda os resultados nos mostram que 95% dos entrevistados desconhecem alguma Associação de Moradores de Bairros e, mais de 50% deles se encontravam insatisfeitos com as condições de vida que levam.

Já dentre as melhorias mais almejadas estavam, ruas asfaltadas, praças e espaços para lazer da família, melhoria no serviço de saúde e emprego melhor.

#### **4. APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS**

O presente trabalho tem contribuído para o conhecimento e reconhecimento da realidade social das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade no Município de Miracema, bem como contribuído efetivamente para a formação profissional dos alunos do curso de Serviço Social, pois através deste estudo empírico, a teoria fica mais acessível no desenrolar das disciplinas, pois a compreensão e assimilação se tornam mais fácil.

Portanto, quanto aos resultados da pesquisa, percebemos de forma precoce que o distanciamento que ainda existe entre o Estado e a população, se torna um obstáculo às ações significativas para Assistência Social, mesmo apesar de já ter significantes conquistas, não se pode deixar de ressaltar que muitas das atribuições do Estado são passadas para a sociedade civil, de maneira que ela não tendo o seu apoio, não consegue suporte para o fortalecimento da família, a base do ser social. Constituindo assim, famílias em situação precárias e desumanas de sobrevivência.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALBIERO, C. M. G. Perfil das famílias em situação de vulnerabilidade social de Miracema – TO. Projeto de Pesquisa. UFT – Campus de Miracema. Miracema do TO. Tocantins, 2008.
- ALBIERO, C. M. G. Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na Supervisão Sistemática e na Avaliação Qualitativa no Estágio Acadêmico em Serviço Social. Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ALBIERO, C. M. G. *Ensinar e Aprender: Desafios Constantes na formação profissional em Serviço Social*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ANTUNES, R. Crise Capitalista Contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise*



- Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*, Brasília: CEAD, 1999.
- ANTUNES, R. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. *Revista de Serviço Social e Sociedade* nº 50 . São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- BEHRING, E. R. et BOSCHETTI, I. *Política Social – Fundamentos e história*. Biblioteca Básica – Serviço Social, São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 267 p.
- BRASIL. Lei nº 8662, de 7 de Jun. 1993. Regulamentação da profissão de Assistente Social. CFESS, *Brasília*, 1993.
- BRASIL. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de mar. 1993. *Código de ética profissional do Assistente Social*. CFESS, *Brasília*, 1993.
- GRESS – SP . *Legislação Brasileira para o Serviço Social. Coletânea de Leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da(o) Assistente Social* 2ª ed. São Paulo, 2006.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação*. Editora Cultrix. [198\_?].
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HÖFLING, E. de M. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- LIMA, G. A. T. Estratégia de sobrevivência das famílias pobres de Bauru: redes de apoio familiar. *Construindo o Serviço Social*. Bauru/SP. Instituto de Pesquisas e Estudos-Divisão Serviço Social: Edite, nº.9, p. 109-152, 2001.
- MACIEL, C. A. B. A Família na Amazônia: desafios para a Assistência Social. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. Nº71. Ano xx III. Editora Cortez, Setembro 2002.
- MARCONI, M. de A. et LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1988.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT. *Planejamento estratégico 2006-2010*. Palmas/T O. 2006.
- SOUSA, M. L. A formação profissional e as exigências do Serviço Social no cotidiano de sua prática – In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. Nº15- Editora Cortez – SP, 1984.
- SZYMANSKI, Heloisa. Viver em famílias como experiência de cuidado mútuo. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. Nº71. Ano xx III. Editora. Cortez, Setembro 2002.



VITALE, Maria Amália Faller. Famílias Monoparentais. In: Revista Serviço Social & Sociedade. Nº71. Ano xx III. Editora Cortez, Setembro 2002.

VASCONCELOS, A . M . O trabalho do Assistente Social e o projeto hegemônico no debate profissional. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais*, Brasília: CEAD, 2000.

VIEIRA, E. *Democracia e Política Social*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

YASBECK, C. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. *Revista de Serviço Social & Sociedade* nº 56. São Paulo: Cortez, 1998.



YASBECK, C. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. *Revista Temporalis*, nº 3, Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

YASBECK, C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais, Brasília: CEAD, 2000.